



Número: **0820003-94.2015.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO SUMÁRIO**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **27/11/2017**

Valor da causa: **R\$ 12.150,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|----------------------------------|--------------------|---|--------------------------|
| ALTEMIR FLORENCIO MATIAS (AUTOR) | | MARCELO VITOR JALES RODRIGUES (ADVOGADO) JERONIMO AZEVEDO BOLAO NETO (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA DPVAT (RÉU) | | CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (ADVOGADO) | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 3097815 | 05/08/2015 14:29 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 3097895 | 05/08/2015 14:29 | DOCS | Documento de Comprovação |
| 3190456 | 14/08/2015 18:14 | Despacho | Despacho |
| 3433157 | 08/09/2015 16:43 | Citação | Citação |
| 3753140 | 07/10/2015 16:19 | Habilitação em processo | Petição |
| 3753155 | 07/10/2015 16:19 | ALTEMIR FLORENCIO MATIAS - CONTESTAÇÃO | Contestação |
| 3753157 | 07/10/2015 16:19 | ALTEMIR FLORENCIO MATIAS - PROCESSOADM | Outros documentos |
| 3753163 | 07/10/2015 16:19 | ATOS LIDER UNICO | Procuração |
| 3753164 | 07/10/2015 16:19 | SUBSTABELECIMENTO - PJE - CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA - ATUALIZADO | Substabelecimento |
| 3842776 | 16/10/2015 11:26 | DILAÇÃO DE PRAZO- HONORÁRIOS PERICIAIS | Petição |
| 3842781 | 16/10/2015 11:26 | 1633190-DILAÇÃO DE PRAZO- HONORÁRIOS PERICIAIS | Outros documentos |
| 3923676 | 23/10/2015 12:17 | PETIÇÃO DE JUNTADA DE GUIA DE PAGAMENTO DE HONORARIOS PERICIAIS | Petição |
| 3923683 | 23/10/2015 12:17 | 1633190-PETIÇÃO DE JUNTADA DE GUIA DE PAGAMENTO DE HONORARIOS PERICIAIS | Outros documentos |
| 4141680 | 16/11/2015 10:23 | TERMO DE ACORDO ASSINADO | Petição |
| 4141691 | 16/11/2015 10:23 | 1633190- LAUDO MÉDICO | Outros documentos |
| 4141694 | 16/11/2015 10:23 | 1633190 - TERMO ASSINADO | Outros documentos |
| 5363713 | 22/03/2016 13:45 | Intimação | Intimação |
| 5364788 | 22/03/2016 14:27 | Ato Ordinatório | Ato Ordinatório |
| 5364911 | 22/03/2016 14:30 | Intimação | Intimação |

| | | | |
|-------------|------------------|---|---|
| 56074 19 | 12/04/2016 23:14 | Diligência | Diligência |
| 56074 21 | 12/04/2016 23:14 | Devolução de Mandado | Outros documentos |
| 60549 03 | 17/05/2016 18:12 | Ofício | Ofício |
| 60549 10 | 17/05/2016 18:12 | 0820003-94 | Ofício |
| 62047 94 | 30/05/2016 13:43 | Certidão | Certidão |
| 66291 54 | 30/06/2016 19:17 | Sentença | Sentença |
| 66291 36 | 30/06/2016 19:17 | Proc 0820003-94.2015 | Ata da Audiência |
| 67040 41 | 06/07/2016 18:17 | Intimação | Intimação |
| 71641 87 | 10/08/2016 15:35 | Petição | Petição |
| 71642 22 | 10/08/2016 15:35 | 1633190 PETICAO DE JUNTADA DA GUIA DE PAGAMENTO DE ACORDO | Outros documentos |
| 72464 23 | 17/08/2016 15:26 | Ofício | Ofício |
| 72464 48 | 17/08/2016 15:26 | 0820003.94.2015 | Ofício |
| 74117 33 | 30/08/2016 10:08 | Petição | Petição |
| 74117 47 | 30/08/2016 10:08 | PETIÇÃO | Outros documentos |
| 74117 57 | 30/08/2016 10:08 | CUSTAS FINAIS | Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas |
| 77482 51 | 27/09/2016 10:57 | Alvará | Alvará |
| 78625 66 | 04/10/2016 15:06 | Alvará | Alvará |
| 82253 90 | 02/11/2016 18:13 | Certidão | Certidão |

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) DE UMA DAS VARAS CÍVEIS DIREITO DA
COMARCA DE MOSSORÓ/RN**

ALTEMIR FLORENCIO MATIAS, brasileiro, portador do RG nº 1.129.647 CPF nº 031.397.984-74, residente e domiciliado à Rua Levanilson Duarte Maia, nº 31, Belo Horizonte, Mossoró/RN, por intermédio de seus procuradores, com endereço profissional constante do rodapé da página, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ

-

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar – Centro, Rio de Janeiro – CEP: 20031205, pelos fatos e fundamentos a seguir delineados:

I – PRELIMINARMENTE – DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA:



A parte demandante não possui condições financeiras para arcar com as custas do processo sem que isso afete o seu sustento e o de sua família. Destarte, requer o benefício da **Justiça Gratuita**, conforme dispõe a Lei nº 1.060/50, com alterações da Lei nº 7.510/86.

Assim, Excelência, é indubitável que a parte autora não tem condições de pagar as custas processuais sem que isso implique na impossibilidade de seu próprio sustento e de sua família.

II – DOS FATOS:

No dia 09/02/2015, por volta das 19:45 hrs, a parte demandante seguia como condutor da motocicleta **TIPO HONDA FAN 150 ESDI, de COR VERMELHA, ANO 2014/2014, PLACA OVZ9685**, vinha na sua motocicleta quando um pedestre atravessou normalmente a via e ainda tentou desviar para evitar o acidente não havendo tempo de evitar a colisão, com o impacto sofreu várias lesões, no que ocasionou a queda, onde ficou gravemente ferido.

Em razão desse acidente, a parte requerente foi socorrido para o HOSPITAL REGIONAL TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA, nesta cidade de Mossoró/RN, onde teve vários ferimentos e fraturas, dificultando a sua mobilidade e lhe causando certas limitações.

Diante desses fatos, a parte demandante procurou receber pela via administrativa os valores a que tinha direito através do Seguro DPVAT. Entretanto, a Ré não concedeu os R\$ 13.500,00 a que a parte autora tinha direito, mas apenas R\$ 1.350,00.

Destarte, não resta outra saída senão socorrer-se no Judiciário para conseguir a diferença indenizatória a que tem direito, no valor de R\$ 12.150,00.

III – DO DIREITO – INDENIZAÇÃO REFERENTE AO SEGURO DPVAT – PAGAMENTO MEDIANTE SIMPLES DEMONSTRAÇÃO DO ACIDENTE- INTELIGENCIA DA LEI 6.194/74.

-

O Seguro DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto (vias terrestres).



A Lei nº 6.194/74, que regula o seguro DPVAT, sofreu fortes transformações com o advento da lei nº 11.945/09. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passaram a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médicas e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que **corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.** (destacou-se)

Acontece Excelência, que, em que pese o seguro já ter sido pleiteado na seara administrativa, a demandada não pagou à parte autora o que era devido.

Ao contrario de mencionar a promovida, a Lei em comento determina o pagamento da indenização mediante a SIMPLES ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, mas, no entanto, as seguradoras, dentre as quais figura a requerida, procuram inviabilizar o DPVAT, fundando sua posição em resoluções e circulares, as quais encontram em rota de colisão com o dispositivo legal acima delineado.

O direito à percepção do seguro está expresso no art. 5º da Lei nº 6.194/74, que diz o seguinte:

Art. 5º O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (destaques acrescidos)



-

A própria SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – esclarece em seu site (www.susep.gov.br) que qualquer vítima de danos causados por veículo automotor de via terrestre pode requerer o seguro, inclusive o motorista culpado.

Ademais, salienta-se ainda, que a indenização securitária seja paga “independentemente da existência de culpa”, bastando a simples prova do acidente e do dano decorrente.

Conclui-se, assim, que a indenização será devida mediante a “SIMPLES” ocorrência do acidente e do “DANO” por ele provocado.

No tocante ao limite indenizatório, este se encontra respaldo no artigo 3º de mesma lei, *verbis*:

Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares. (destacou-se)

Desta forma, por tudo que foi exposto, não restam dúvidas de que a parte demandante deve ser indenizada pela demandada através do seguro DPVAT, uma vez que preenche todos os requisitos previstos em lei.

Demais disso, os documentos comprobatórios demonstram de forma inequívoca o dano resultante do sinistro.

IV – DOS PEDIDOS:

-

Ante o exposto, a parte demandante **requer**:



- a) Que seja concedido o benefício da justiça gratuita, uma vez que a parte autora não pode arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família;
- b) A procedência do pedido constante na presente ação, para condenar a requerida ao pagamento da indenização no *quantum* de R\$ **12.150,00**, referente à indenização do seguro DPVAT em razão da invalidez sofrida pela parte requerente em razão do sinistro narrado;
- c) A citação da demandada no endereço informado na exordial para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
- d) **Requer ainda, que seja nomeado perito, de preferência, locado nesta urbe, para realizar parecer médico e quantificar a sequela permanente que assola a requerente, tudo conforme a parceria firmada entre o TJ e a seguradora Líder (convênio n. 01/2013 de 22 de agosto de 2013)**, visto que tal providência torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;
- f) seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, mais custas processuais e demais emolumentos;
- g) com base na **Súmula 54 do STJ**, que o valor da condenação seja acrescido de juros e **correção monetária retroativa a data do sinistro**.

-

Requer-se, ainda, com base no § 4.º do art. 22 da Lei n.º 8.906/1994, que, ao final da presente demanda, os valores referentes aos honorários contratuais (contrato de honorários anexo) sejam expedidos em nome dos advogados contratados pela Parte Autora, no percentual constante no contrato de honorários anexo, assim como dos eventuais honorários de sucumbência.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, inclusive por documentos que possam surgir no curso do processo.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 12.150,00**.

Nesses termos, pede deferimento.

Mossoró/RN, 30 de Julho de 2015.



THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS

Advogado – OAB/RN nº 11.500

JERONIMO AZEVEDO B. NETO

Advogado – OAB/RN nº 12.096

MARCELO VITOR JALES RODRIGUES

Advogado – OAB/RN nº 9.732



CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

CONTRANTE:

Altamir Flávio Matias, brasileiro, PC nº 1129
647, CPF nº 031.397.984-74, residente e domici-
liado à Rua Leonilson Duarte Maia, nº 38,
Belo Horizonte, Minas-PB.

CONTRATADOS: JERÔNIMO AZEVEDO B. NETO, OAB/RN nº 12.096; e
THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS, OAB/RN nº 11.500, MARCELO VITOR
JALES RODRIGUES, OAB/RN nº 9.731, com endereço profissional constante na
nota de rodapé.

As partes acima qualificadas, por este instrumento particular convencionam e contratam
o seguinte:

- 1) Os Contratados se obrigam a prestarem ao Contratante os seguintes serviços
profissionais: AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT;
- 2) O contratante se compromete a pagar por tais serviços a **quantia de 30%** sobre o
resultado econômico da demanda, inclusive os recebidos em caráter liminar e a qualquer
outro título;
- 3) Os honorários ora pactuados compreendem o patrocínio das causas e os recursos
utilizáveis, inclusive sustentação oral até o encerramento da demanda no âmbito
Estadual, com a exclusão de interposição de defesa em Recursos para os Tribunais de
Brasília;
- 4) Os honorários Advocatícios aqui fixados são líquidos, sendo de responsabilidade da
Contratante os impostos incidentes.
- 5) O Contratante obriga-se a fornecer as Contratadas todos os recursos pecuniários que
forem necessários para pagamento de custas judiciais, periciais, contadores,
emolumentos e diligências, assim como os documentos e informações solicitadas pelas
Contratadas a fim de não prejudicar o bom andamento da causa ou da cobrança.
Parágrafo Único: As Contratadas não poderão ser responsabilizadas no caso do
Contratante sofrer algum prejuízo processual em virtude da demora no envio dos
recursos necessários para o andamento do processo ou da cobrança.
- 6) Fica eleito o Foro da Comarca de Mossoró-RN para dirimir quaisquer questões
judiciais resultantes deste contrato renunciando as partes Contratantes a qualquer outro
por mais privilegiado que seja, obrigando-se as partes por si herdeiros e sucessores.

Mossoró-RN, 24 de Fevereiro de 2015.

JERÔNIMO AZEVEDO B. NETO
CONTRATADO


CONTRATANTE

THALES JOSÉ R. DOS SANTOS
CONTRATADO

TESTEMUNHA1:
TESTEMUNHA2:

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

Altamir Flávia Matos, brasileira, Rg nº 1129
647, CPF nº 031.397.984-74, residente e domici-
liado à Rua Beneditina, Quarta Mar, nº 31,
Belo Horizonte, Minas - PR.

OUTORGADO: MARCELO VITOR JALES RODRIGUES, brasileiro, solteiro,
OAB/RN nº 9.732; THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro,
OAB/RN nº 11.500; JERÔNIMO AZEVEDO BOLÃO NETO, brasileiro, solteiro,
OAB/RN sob o nº 12.096; todos com escritório à Rua José Otávio, nº 123, Centro,
Mossoró/RN.

PODERES: amplos e ilimitados poderes, para o foro em geral, com a cláusula "ad
judicia" e "extra" a fim de agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os
interesses e direitos do(s) outorgante(s) perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal,
repartição pública, autarquia ou entidade parastatal, propondo ação competente em que
o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s), e defendendo-o(s) quando for(em)
réu(s), interessado(s) ou requerido(s), podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir,
fazer acordo, recorrer, receber alvará e dar quitação, confessar, renunciar, poderes
especiais para requerer falência, inventário ou arrolamento, firmar compromisso, prestar
declaração, bem como substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes, se
assim lhe(s) convier, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel
desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso. Inclusive, interpor
Mandado de Segurança.

Mossoró/RN, 29 de Julho de 2015.


OUTORGANTE

- * Mossoró (Sede): Rua José Otávio, 123, Centro, Mossoró/RN, CEP: 59.600-157, Fone: (84) 3317-4051/3314-0826/3316-2537
- * Parnamirim (Filial): Av. Brigadeiro Lacerda Breves, 246, 1º Andar, Centro, Parnamirim/RN, CEP: 59.140-200.
- * <http://www.juridicaadvocacia.com.br>



DECLARAÇÃO DE POBREZA

DECLARANTE:

Altamir Flores de Matos, brasileiro Rô nº
3329647, CPF nº 031.397.984-74, residente e do-
micado na Rua Luiz Nelson Duarte Maia, nº
35, Belo Horizonte, Minas Gerais - PR. DECLARA NOS
TERMOS DA LEI 1060/50, QUE É POBRE NA FORMA DESTA LEI, NÃO
DISPONDO DE MEIOS QUE POSSIBILITEM CUSTEAR AS DESPESAS DA
PRESENTE DEMANDA.

Mossoró/RN, 29 de Julho de 2015.

x Altamir Flores de Matos
DECLARANTE

- Mossoró (Sede): Rua José Otávio, 123, Centro, Mossoró/RN, CEP: 59.600-157, Fone: (84) 3317-4051/3314-0820/3316-253/
- Parnamirim (Filial): Av. Brigadeiro Everaldo Brèves, 246, 1º Andar, Centro, Parnamirim/RN, CEP: 59.140-200.
- <http://www.juridicaadvocacia.com.br>







ALTEMIR FLORENCIO NATIAS

RUA LEVANELOM (QUARTO MÃO 11)

CPF 031.397.984-74 NIS 12404521192

BELU HORIZONTE/ÁREA URBANA
MOSSORÓ/RN
59805-315

EL PRECENDENTE
DADA PRECENDIA COM UNO
MUNDO

CONTA CONTRATO: 0768521018
MÉDICO: 01/2015

| | |
|---------------------|-------------------------------|
| DATA DE VENCIMENTO: | DATA DEZUATA PRÓXIMA-LEITURA: |
| 16/01/2015 | 07/02/2015 |

| | | |
|--------------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| Nº DA NOTA FISCAL 000398062 | SÉRIE (FISCAL) | EMIÇÃO 09/01/2015 |
| APRESENTAÇÃO 09/01/2015 | Nº DO CLIENTE 3000540804 | Nº DA INSTALAÇÃO 513257 |

TOTAL A HIGER (20)

68.78

| | 2004 - 2006 | 2007 - 2011 | 2012 - 2015 |
|---|-------------|-------------|-------------|
| Consumo de até 30 kWh | 20.02000000 | 12.482.1000 | 4.44 |
| Consumo de até superior a 30 até 100 kWh | 70.00000000 | 20.2407770 | 17.70 |
| Consumo de até superior a 100 até 270 kWh | 82.02000000 | 3.387.11055 | 26.00 |
| Atividade de Base de VERMELHA | | | 1.50 |
| Contribuição para o Fundo de Proteção e | | | 5.61 |
| ICMS-Parcela Subvencionada | | | 6.46 |

TOTAL CAPITAL 100.00

43.78

| CONTRASTAR P.V. DE CREDITO DE LA C/C FALLA | | | | | | | | | |
|--|--------|------------|---------|------------|---------|------------|--------|--------|---------------|
| P.D. DE MEDICION | | ANTERIOR | | ACTUAL | | CONSTANTE | | AJUSTE | COMBONO JUMIN |
| FECHA | NUMERO | FECHA | LEITURA | FECHA | LEITURA | FECHA | VALOR | | |
| 15/01/2014 | 17 | 15/01/2014 | 17 | 15/01/2015 | 18 | 15/01/2015 | 1.0000 | | 102.26 |

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

| | abs | % |
|--------------------|-------|-------|
| Consumo de Energia | 17,48 | 43,75 |
| Tratamento de | 7,20 | 17,3 |
| Distribuição de | 11,81 | 28,94 |
| Energia Solar | 7,34 | 18,02 |
| Totais | 43,83 | 100 |

Consumo médio de energia elétrica: 17,48 kWh/m²
Consumo médio de gás: 7,20 kWh/m²
Consumo médio de água: 11,81 kWh/m²

Copyright © 2004 by The McGraw-Hill Companies, Inc. All rights reserved. Printed in the United States of America. This publication is protected by copyright. Any unauthorized distribution or reproduction of this work is prohibited. This publication may be reproduced in whole or in part for personal or internal reference use only, provided that the copyright notice is included. For all other uses, permission should be obtained from The McGraw-Hill Companies, Inc. This publication is intended to provide accurate and authoritative information in regard to the subject matter covered. It is sold with the understanding that the publisher is not engaged in rendering legal, accounting, or other professional service. If legal advice or other expert assistance is required, the services of a competent professional person should be sought. ISBN 0-07-141815-0

⚠️ATENÇÃO! A COSERN INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

| Continued where table encompasses pages 1 to 16 of the 2005-2006 (budget) | | | | | |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Year | 2005-2006 | 2006-2007 | 2007-2008 | 2008-2009 | 2009-2010 |

El presente es solo un ejemplo de un artículo. El contenido de este artículo no debe ser utilizado para fines de diagnóstico o tratamiento. El contenido de este artículo no debe ser utilizado para fines de diagnóstico o tratamiento. El contenido de este artículo no debe ser utilizado para fines de diagnóstico o tratamiento.

the following project:
 1. The author has a Ph.D. in Mathematics from the University of California, Berkeley, and is currently a postdoctoral fellow at the University of California, Berkeley.
 2. The author has a Ph.D. in Mathematics from the University of California, Berkeley, and is currently a postdoctoral fellow at the University of California, Berkeley.
 3. The author has a Ph.D. in Mathematics from the University of California, Berkeley, and is currently a postdoctoral fellow at the University of California, Berkeley.

| EMPRESA NOME/ENDEREÇO | VALOR PROPONIDO (R\$1000) | LIMITE MÍNIMO | LIMITE TOMADA (R\$1000) | LIMITE MÁXIMO | TENSÃO NOMINAL (%) | | |
|--------------------------|---------------------------------|------------------|-------------------------------|------------------|-----------------------|-----|-----|
| | | | | | VALOR | 201 | 202 |
| 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 201 | 202 | |
| 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 201 | 202 | |
| 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 201 | 202 | |

Fonte: Relatório de Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília, 2010, p. 10.

| CONTA CONTRATO | MÊS/ANO | DATA DE VENCIMENTO | TOTAL A PAGAR (R\$) |
|----------------|---------|--------------------|---------------------|
| 0708521018 | 01/2015 | 16/01/2015 | 68,78 |

83840000000-6 68780038000-6 76852101820-3 00234876273-5



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN Nº 010747512288
41020813/2014 20-03574001

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

1 COD. RET/AVANT 01014226322

NOME/ENDEREÇO
ALTEMIR FREIRENÇO MATEAS
R LEVANILSON DUARTE MATA, 52
Belo Horizonte
55.605-315 MOSSORO/RN

CPF/CNPJ 001.397.964-74

PLACA OYB685

NOME ANTERIOR
MONCESTE MOTORES, PEGAS & ACESSÓRIOS LTDA

PLACA ANT/UF OYB685/RN

CHASSI 9C2KCL680EN67827

ESPECIE TIPO PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NÃO APLICAVE

COMBUSTÍVEL ALCOOL-GASOL

MARCA/MODELO HONDA/CG180 JAN ESDI

ANO FAB 2014

ANO REG 2014

CAP/POT/CIL 300/149 CILINDRADAS

CATEGORIA PARTICULAR

COR PREC/IMPRIMANTE VERMELHA

OBSERVAÇÕES
ALIEN. PID. EM FAVOR DE: 58.113.812/0001-22
EXERACON ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA
MOTOR: KOL68E5E67827

MOSSORO/RN

DATA 14/07/2014

Marcelo Brito de Medeiros Galvão
Coordenador de Registro de Veículos
DETRAN-RN



Eu ALTEMIR FLORENCIO MATIAS (Vitima)

Portador Do Cpf 031.397.984-74 E Rg 1129647

Sofri Um Acidente No Dia 09 / 02 / 2015 E fui Socorido Por
(BONBEIRO Ou SAMU) Segue Declaração De Atendimento (Mandar A
Declaração Junto) , Fui Atendido No

Hospital REGIONAL TARCISIO DE VASCONCELOS MATA

Por Falta De Conhecimento.

Só Depois Fui A Delegacia Dar Entrada Da Ocorrência, Sendo Assim
Segundo O meu Direito Solicito Analise Ao Meu Acidente E fico A
Disposição Para Perícia Medica.

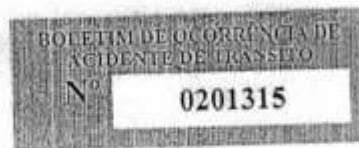
Data 09/02/15 (Assinatura) Altemir Florencio Matias

Fico à Disposição....





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL - CPRE
SETOR DE TRAFEGO



1 - LOCAL DO ACIDENTE

| | | | |
|---------|--------------------------|---------|-------------------|
| Local: | Av. Alberto Maranhão | Bairro: | Alto da Conceição |
| P. Ref. | Próximo ao Bar do Mutuca | Data: | 09/02/2015 |

2 - VEICULO/VI:

| | | | | | |
|-------------------|---|-----------------|------------|-----------------|-------|
| Placa | OVZ9683 | Cidade | Mossoró | UF | RN |
| Marca/Mod. | HONDA / CG150 FAN ESDI | Ano | 2014 | Nº de Ocupantes | 01 |
| Proprietário | ALTEMIR FLORENCIO MATIAS | Data de nasc. | 17/03/1970 | | |
| Condutor | Altemir Florêncio Matias | nº | 31 | fone | ***** |
| Endereço | Rua Nevanilson Duarte Maia | Cidade | Mossoró | UF | RN |
| Bairro | Belo Horizonte | Orgão Expedidor | ITEP | UF | RN |
| CPF nº | 031.397.984-74 | RG nº | 1129.647 | | |
| Local de Trabalho | Panificadora Santa Maria - Rua Coelho Neto, Mossoró / RN. | | | | |

3 - VERSÃO DO CONDUTOR SOBRE O REFERIDO ACIDENTE DE TRÂNSITO

| | | | |
|------------------|----------------------|---------------|-------|
| Onde transitava? | Av. Alberto Maranhão | Em que faixa? | ***** |
| Em que sentido? | Centro / BR 304 | | |

Versão do condutor:

"Que uma pedestre atravessou normalmente a via e ainda tentei desviar para evitar o acidente, mas não foi possível. Fui conduzido juntamente com a pedestre para o HRTM pela equipe do SAMU"

Obs.: versão colhida no dia 13/02/2015 as 11h30min. na sede do 2º DPRE. *****

Assinatura do Condutor

Altemir Florêncio Matias

Observação do Agente de Trânsito:

Nome do Agente que registrou as informações

Francisco José Silva Oliveira

Posto/Graduação

Sd.

PM nº

97.643

Viatura

Unidade

2º DPRE





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL - CPRE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
BOAT 0201315

1 - LOCAL E DATA

Local AV. ALBERTO DIARANHÃO Bairro ALTO DA CONCEIÇÃO
Cidade/UF MOSSORÓ P. Ref. _____
Data 08/02/2015 Hora do acidente 18:45 Hora do registro 20:02 Dia da semana 3ER. FEIRA

2 - NATUREZA DA OCORRÊNCIA

☐ - Colisão Frontal ☐ - Colisão Lateral ☐ - Capotamento ☒ - Atropelamento
☐ - Colisão Posterior ☐ - Colisão Transversal ☐ - Choque ☐ - Outro(s) _____

3 - VEÍCULO 01:

Placa ou Chassi 0VZ 3685 Cidade MOSSORÓ UF RN
Marca/Mod. HONDA 160 150 FAN Cor VERMELHA Ano 2014 2014
Proprietário ALTEMIR FLORENCIO MATIAS Nº de Ocupantes 01
Condutor ALTEMIR FLORENCIO MATIAS Data de Nasc. / /
Endereço BELO HORIZONTE Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF Nº 031 394 984 74 CNH Nº _____ Validade / / Categoria _____
Local de Trabalho PANIFICADORA SANTA MARIA Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

4 - VEÍCULO 02:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano /
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nasc. / /
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF Nº _____ CNH Nº _____ Validade / / Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

5 - VEÍCULO 03:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano /
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nasc. / /
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF Nº _____ CNH Nº _____ Validade / / Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

6 - VEÍCULO 04:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano /
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nasc. / /
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF Nº _____ CNH Nº _____ Validade / / Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____



9. CONDIÇÃO DA VIA

Luminosidade

- ☐ Amanhecendo
☐ Pleno Dia
☐ Anoitecendo
☒ Noite c/ Iluminação
☐ Noite s/ Iluminação
☐ Iluminação Deficiente

Cond./ Tempo

- ☒ Bom
☐ Nublado
☐ Chuva
☐ Nebulina
☐ Outros _____

Tipo da Pista

- ☒ Asfalto
☐ Paralelepípedo
☐ Concreto
☐ Cascalho
☐ Terra
☐ Outros _____

Caract./ Pista

- ☒ Reta
☐ Curva
☐ Aclive Íngreme
☐ Aclive Suave
☐ Declive Íngreme
☐ Declive Suave
☐ Lombada
☐ Cruzamento
☐ Rotatória
☐ Retorno
☐ Entroncamento
☐ Bifurcação

Cond./ Pista

- ☒ Seca
☐ Molhada
☐ Inundada
☐ Poças D'água
☐ Oleosa
☐ Enlameada
☐ Em Obras
☐ Com Buraco
☐ Com Areia

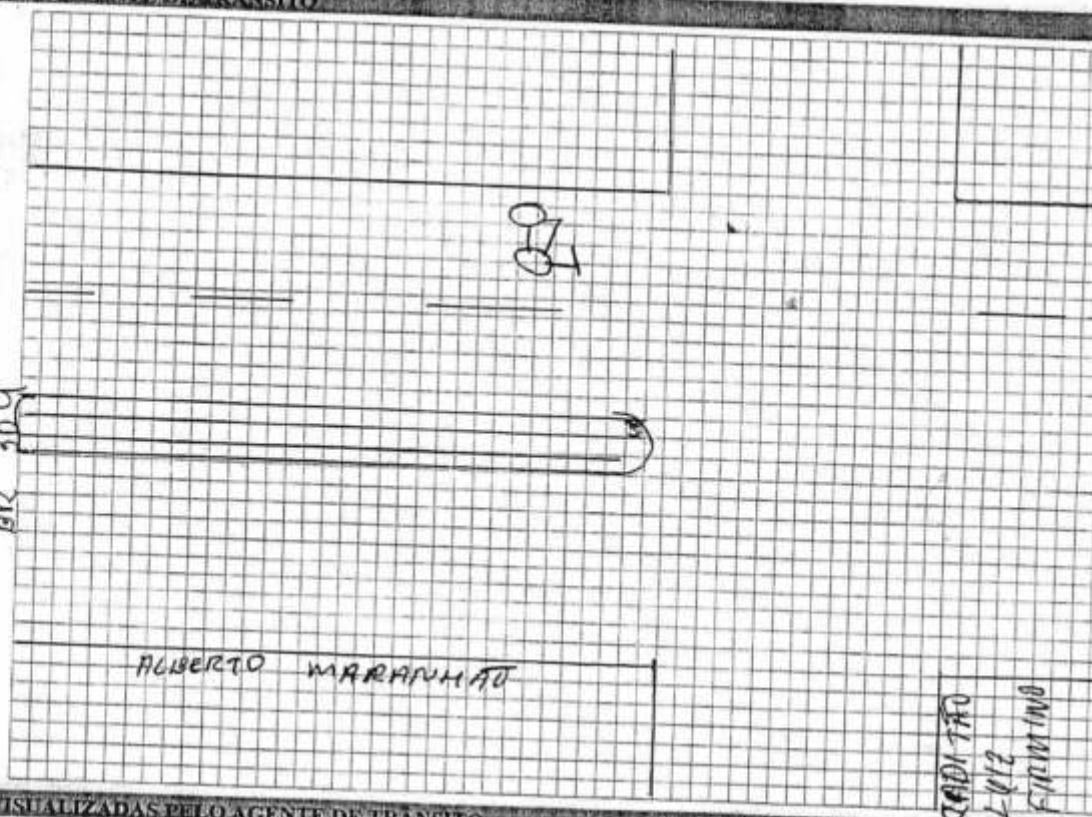
Sinalização

- ☐ Inexistente
☐ Do Agente de Trânsito
☐ Do Semáforo
☐ Faixa de Pedestre
☒ Linha DESCONTINUA
☐ Placa(s) _____
☐ Lombada eletrônica
☐ Vel. Máx. Perm. _____ KM



9. CROQUI DO ACIDENTE DE TRÂNSITO

- ÁRVORE
 VESTÍGIOS
 SEMÁFORO
 PEDESTRE
 BICICLETA OU MOTO
 CARRO DE PEQUENO PORTE
 CAMINHÃO OU ÔNIBUS
 CARRETA



10. AVARIAS VISUALIZADAS PELO AGENTE DE TRÂNSITO

AVARIAS DO VEÍCULO 1

FAROL, PARA-LAMPA E SINALIZADA



AVARIAS DO VEÍCULO 2



PREJUDICADO

AVARIAS DO VEÍCULO 3



PREJUDICADO

AVARIAS DO VEÍCULO 4



PREJUDICADO



11 - ☒ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
 Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: ☐ Presença ☒ Fato ☐ Registro

Nome MARIA DA CONCEIÇÃO SILVEIRA Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento 1/1/1958
 RG N° _____ Endereço R. CAPITÃO LUIZ FIRMINO N° 109 Fone 9618 5058
 Bairro BELO HORIZONTE Cidade MOSSORO UF RN
 Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

12 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
 Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: ☐ Presença ☒ Fato ☐ Registro

Nome CLETON GEUVANI DE OLIVEIRA Órgão Expedidor SSP Data de Nascimento 01/10/1974
 RG N° 002 101 462 Endereço R. CAPITÃO LUIZ FIRMINO N° 237 Fone 9686 0073
 Bairro R. HORIZONTE Cidade MOSSORO UF RN
 Versão A TESTEMUNHA ESTAVA PROXIMA AO LOCAL QUANDO ESCUTOU UM BARULHO E QUANDO CHEGOU AO LOCAL VIZUALIZOU UMA SENHORA FERIDA CALADA AD S.N.D. SEM CONSCIÊNCIA E O CONDUTOR DA MOTO APARECIA SEM SINAIS DE EMBAIACUES.
 Assinatura [Assinatura] Hora _____

13 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
 Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: ☐ Presença ☐ Fato ☐ Registro

Nome _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento _____
 RG N° _____ Endereço _____ N° _____ Fone _____
 Bairro _____ Cidade _____ UF _____
 Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

14 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
 Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: ☐ Presença ☐ Fato ☐ Registro

Nome _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento _____
 RG N° _____ Endereço _____ N° _____ Fone _____
 Bairro _____ Cidade _____ UF _____
 Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

15 - SOCORRISTA E VEÍCULO UTILIZADO

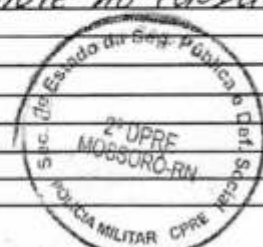
Placa _____ Cidade _____ UF _____ Marca/Modelo _____
 Nome _____ RG N° _____ Órgão Exp. _____
 Endereço _____ N° _____
 Bairro _____ Cidade _____ Fone _____

16 - OBSERVAÇÃO DO AGENTE DE TRÂNSITO

- CHEGANDO NO LOCAL POPULARES E A TESTEMUNHA INFORMARAM QUE UM CONDUTOR HAVIA ATROPELADO A SENHORA CITADA NO ITEM 11. PORÉM NAO O CONDUTOR NEM A VITIMA ESTAVA NO LOCAL AMBOS FORAM SOCORRIDOS PELA SAMU.

- UM FOI RECOLHIDO A SEDE DA 2ª DPRE

- NAO FOI POSSIVEL POLHER TODOS OS DADOS REFERENTE AO CONDUTOR E A VITIMA.



Nome Completo do Agente PABLO JOSÉ DE OLIVEIRA
 POSTO/GRAD.: SP PM PM N° 06 158 Viatura GTOR Subunjd.: 2ª DPRE
 Local e Data MOSSORO, 09 de FEV. de 2015.
 Assinatura do Agente de Trânsito [Assinatura]





Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Saúde Pública
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA
PRONTO SOCORRO VINGT-ROSADO MAIA

REGISTRO N°

2.505.403

PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Nome: Agemir Florencio MATIAS D. N. 1/1 Idade: 47
Profissão: SAIA Cartão SUS n°: 400 7A 000000
Endereço: Rua: SAIA Bairro: SAIA
Cidade: SAIA U. F.: SAIA Fone: SAIA
Filiação: Mãe: SAIA Pai: SAIA

Data: 09/02/15

Hora: 20:15h

A. C. C. R.:

1 - QUEIXA PRICIPAL (Q.P.) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H. D. A.)

PACIENTE MASCULINO, 47 ANOS, VÍTIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTAS
(ATROPELAMENTO), QUANDO MEXIA EM O CONDUÇÃO USAVA CAPACETE
NO MOMENTO DO ACIDENTE. VÍTIMA DE ACIDENTE
NÃO PRESENTA, TONTURA, PERDA DE CONSCIÊNCIA E VÔMITOS
REFERE COM ABDOMINAL EM HIPERSENSIBILIDADE E DIFICULDADE PARA
RESPIRAR
NÃO AUMENTA MEDICAMENTOSAS
BOA VAI

20/02/15
SANEAMENTO

2 - EXAME FÍSICO

PACIENTE EMERG, CONSCIENTE, ORIENTADO, DISFONIA
A: VAS APNEAS PERMANENTES E CONSCIENTE
B: MV+, RESPIRADOR EM VTE, EXPANSIBILIDADE REDUZIDA, S1 NA
C: ESTÁVEL HEMODINAMICAMENTE
D: GLAUCOMA IS, S1 BIFIDUS
E: ESCOTILHOS EM ANTERIOR E OMBRO E JOELHO ESQUERDO
ABDOM: DOLORADO À PALPAÇÃO

3 - HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)



Hora: 21:00

Sintoma geral: ① RX de tórax.

- Radiografia evidenciando fratura de costela
- Tratamento conservador
- Observação

~~Not~~ like *Acetabularia* degree is $\propto 1/d$

g. $\frac{1}{2}$

Dr. Richard A. Glick
Neuroscience
5700

10/02/2015. El - cam

- Europa el 2a Gr Mit.
- Europa
- Europa

15.

5 - PRESCRIÇÃO MÉDICA

| 5 - PRESCRIÇÃO MÉDICA | | ENFERMAGEM | |
|-----------------------|---------------------------------|------------|--------------------|
| DATA E HORA | PRESCRIÇÃO | VIA | HORÁRIO ASSINATURA |
| | 1) SAT 5000 UI IM | | 21/7/2012 |
| | 2) Cefalotina 1g IM | | 21/7/2012 |
| | 3) Voltaren 75mg IM | | 21/7/2012 |
| | 4) SF09% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 5) SF09% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 6) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 7) Voltaren 75mg IM | | 21/7/2012 |
| | 8) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 9) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 10) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 11) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 12) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 13) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 14) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 15) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 16) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 17) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 18) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 19) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 20) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 21) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 22) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 23) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 24) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 25) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 26) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 27) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 28) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 29) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 30) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 31) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 32) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 33) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 34) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 35) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 36) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 37) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 38) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 39) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 40) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 41) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 42) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 43) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 44) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 45) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 46) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 47) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 48) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 49) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 50) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 51) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 52) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 53) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 54) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 55) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 56) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 57) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 58) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 59) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 60) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 61) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 62) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 63) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 64) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 65) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 66) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 67) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 68) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 69) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 70) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 71) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 72) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 73) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 74) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 75) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 76) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 77) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 78) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 79) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 80) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 81) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 82) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 83) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 84) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 85) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 86) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 87) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 88) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 89) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 90) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 91) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 92) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 93) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 94) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 95) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 96) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 97) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 98) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 99) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |
| | 100) Soro Salino 0.9% 1000ml IV | | 21/7/2012 |

CONGRESS & FIGA - CLUB AIS MONTE (64) 3431-1211

6 - DIAGNÓSTICO(S) DEFINITIVO(S)

Horacio Flores

7 - CONCLUSÃO DO ATENDIMENTO

ALTA DO PRONTO SOCORRO

() INTERNAÇÃO HOSPITALAR

() TRANSFERÊNCIA

() OUTROS (Descrever)

Observações:

919

Data: 1 1

Hora: _____

Identificação Médica



ENDEREÇO Rua Visconde de Pirajá 547 Sala 802, Ipanema, Rio de Janeiro - 19, CEP: 22410-900
BENEFICIÁRIO ALTEMIR FLORENCIO MATIAS
CPF/CNPJ: 03139798474

Posição em 29-07-2015 14:34:11

Indenização creditada em 23/06/2015, no valor de R\$ 1.350,00, em banco e conta de titularidade do beneficiário, conforme autorização de pagamento assinado pelo mesmo.

| Data do Pagamento | Valor da Indenizacao | Juros e Correção | Valor Total |
|-------------------|----------------------|------------------|--------------|
| 23/06/2015 | R\$ 1.350,00 | R\$ 0,00 | R\$ 1.350,00 |

Acessibilidade

[Tradução em Libras](#)[Leitura de Páginas](#)[Atalhos de teclado](#)[Acessibilidade](#)

Como dar entrada

- [Como dar entrada - Dicas importantes](#)
- [Documentos despesas médicas](#)
- [Documentos invalidez permanente](#)
- [Documentos morte](#)
- [Onde dar entrada](#)
- [Dicas indispensáveis](#)

Pague seguro

- [Como pagar](#)
- [Consulta a pagamentos efetuados](#)
- [Informações gerais](#)

Acompanhe o Processo

- [Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.](#)
- [Mapa do Site](#)
- [Dicionário do DPVAT](#)
- [Denuncie](#)
- [Imprensa](#)
- [Outros serviços](#)
- [Blog](#)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carnebeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0820003-94.2015.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Autor: ALTEMIR FLORENCIO MATIAS

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos etc.

Defiro o pedido de gratuidade judiciária.

O presente feito deverá seguir o rito ordinário.

Em casos em que dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia, a audiência de conciliação pode ser postergada para momento posterior ao da perícia, fazendo-se adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e à maior celeridade do processo.

Havendo necessidade de perícia médica, motivo pelo qual nomeio o Dr. MANOEL FERNANDES DA SILVEIRA, Médico Ortopedista, com endereço na Rua Pedro Velho, 320, Orthos – Santo Antonio - Mossoró/RN, para exercer a função de perito nos autos do presente feito, fixando desde logo os honorários no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), nos termos do convênio firmado pelo TJ/RN e a Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT S/A, mediante termo de compromisso, cumprindo ao profissional cumprir escrupulosamente o encargo que fora cometido, nos termos do disposto no art. 422, do Código de Processo Civil.

Providencie a Secretaria Judiciária:

a) intimação do(a) perito(a) para ciência, no prazo de 05 (cinco) dias;

b) intimação dos advogados dos litigantes, para, em 05 (cinco) dias, a contar da intimação da presente deliberação, querendo, ratificarem ou apresentarem seus quesitos, bem como indicar perito assistente.

Em seguida, após a intimação das partes para a quesitação e indicação de assistente, assim requeiram, proceda-se com a realização de perícia.

Assim, deixo de marcar audiência prévia de conciliação. Cite-se a parte requerida para contestar no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial.

Havendo preliminares e/ou alegação de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito autoral, ouça-se a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, após a intimação das partes para a quesitação e indicação de assistente, assim requeiram, proceda-se com a realização de perícia.

Sendo interposta exceção de incompetência no prazo de resposta, certifique-se sua tempestividade e autue-se em apenso, fazendo conclusão dos autos em seguida.

Providencie-se as intimações necessárias.

Cumpra-se



Mossoro/RN, 14 de agosto de 2015

JOSE HERVAL SAMPAIO JUNIOR

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carnaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

CARTA DE CITAÇÃO

À

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Rua Senador Dantas, 74, 5 ANDAR, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-203

De ordem do Exmo. Sr. Dr. Edino Jales de Almeida Júnior, MM Juiz de Direito em Substituição Legal na 2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, na forma da lei.

Com a presente, expedida nos referidos autos, fica Vossa Senhoria na qualidade de Representante Legal da parte demandada CITADO para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão ficta, ficando ciente de que, não sendo a ação contestada, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos alegados pelo demandante, conforme petição inicial e despacho, cujas cópias seguem inclusas e ficam fazendo parte integrante e complementar desta, tudo na forma e sob as penas da lei.

Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.

Processo: 0820003-94.2015.8.20.5106

Ação Cobrança de Seguro Dpvt

Demandante: ALTEMIR FLORENCIO MATIAS

Demandada: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Mossoró/RN, 08 de setembro de 2015.



ZELITO MONTEIRO MAIA
Chefe de Secretaria
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

| | |
|---|---|
| <p>2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró Alameda das Carnebeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410</p> <p>Processo: 0820003-94.2015.8.20.5106</p> | <p>2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró Alameda das Carnebeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410</p> <p>Processo: 0820003-94.2015.8.20.5106</p> |
| <p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Rua Senador Dantas, 74, 5 ANDAR, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-203</p> | <p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Rua Senador Dantas, 74, 5 ANDAR, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-203</p> |





**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORO - RIO GRANDE DO NORTE**

Processo nº 0820003-94.2015.8.20.5106

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., devidamente qualificada, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados infra firmados, com endereço profissional constante no timbre, indicado para fins do que trata o art. 39, I, do CPC, vem, tempestivamente, apresentar **CONTESTAÇÃO** ao processo movido por **ALTEMIR FLORENCIO MATIAS**, já qualificado, conforme razões que passa a expor para, ao final, requerer.

1. REQUERIMENTO INICIAL

Muito embora a parte demandada tenha diversos procuradores constituídos nos autos, requer de plano que toda e qualquer intimação nos referentes autos seja feita única e exclusivamente para a pessoa do(a) Bel(a). **Christianne Gomes da Rocha OAB/RN 1.057-A**, com endereço na Rua da Hora, 692 – Espinheiro – Recife/PE.

1

Escritório Recife
Rua da Hora, 692, Espinheiro
CEP: 52.020-010 | Recife - PE
Tel.: 81 2101.5757
Fax: 81 2101.5751
queirozcavalcanti@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório Salvador
Av. Tancredo Neves, 1283, salas 702/703,
EDF. Omega Empresarial Caminho das Árvoreas
CEP: 41.820-020 | Salvador - BA
Tel./Fax: 71 3271.5310 | 71 3272.1351
queirozcavalcanti-ba@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório João Pessoa
Av. João Machado, 553, salas 05/06 | Centro
CEP: 58.013-520
João Pessoa - PB
Tel./Fax: 83 3021.3480 | 83 3021.3482
queirozcavalcanti-pb@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório Fortaleza
Av. Santos Dumont, 2528, salas 06/07,
Edif. Torre Santos Dumont | Aldeota
CEP: 60.150-181 | Fortaleza - CE
Tel./Fax: 85 3032.5757
queirozcavalcanti-ce@queirozcavalcanti.adv.br



2. SÍNTESE DA LIDE

O autor propôs a presente ação de cobrança alegando que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 09 de fevereiro de 2015. Aduz que em decorrência do referido acidente, restou inválido permanentemente.

Confirma ainda ter recebido indenização paga pela demandada no valor de R\$ 1.350,00 (Um mil, trezentos e cinquenta reais). Contudo, insatisfeito, ingressa com a presente ação pleiteando a condenação da demandada ao pagamento de indenização no valor atualizado de R\$ 12.150,00 (Doze mil, cento e cinquenta reais) a título de complementação da indenização securitária, por entender que deveria receber o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), de acordo com o Inciso II do artigo 3º da Lei 11.482/2007.

No curso do presente, iremos demonstrar as razões pelas quais não se deve dar provimento à demanda.

3. VERDADE DOS FATOS

Faz-se necessário explicitar os fatos descritos na inicial para que este Juízo possa melhor compreender o acerto nos valores pagos ao autor a título de indenização securitária. Ora, após o acidente foi constatado que o autor apresentava a invalidez permanente **parcial incompleta**, tendo o pagamento da indenização sido realizado de acordo com o disposto no art.3º, §1º, alínea II da lei 6194/74.

Ressalte-se que para a realização do pagamento, houve toda uma regulação administrativa, com base na própria documentação apresentada pelo Demandante foi definido o valor ao qual o mesmo fazia jus.

Acaso a invalidez do autor fosse total e completa, teria recebido a indenização integral de R\$ 13.500,00 prevista no artigo 3º. da lei 11.482/07. Contudo, como ela foi parcial incompleta, deve ser indenizada na exata proporção



prevista em lei. Adiante-se que o pagamento de indenização conforme o percentual de invalidez não é nada de estranho ou novo em nosso ordenamento. O regimento do DPVAT sempre foi assim, como também o é, por exemplo, a legislação acidentária do INSS, como de todos sabido. Tentar pleitear indenização integral por evento parcial é contrário ao nosso sistema e evidente tentativa de enriquecimento ilícito.

Como restará melhor explicitado e comprovado na presente peça de bloqueio e durante a realização da instrução, a demandada cumpriu regularmente com suas obrigações, não restando qualquer resíduo a ser pago ao autor, que, em verdade, nada tem a receber.

4. DO MÉRITO

4.1. DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO, LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO - IML

Em análise do presente feito, verifica-se com extrema facilidade que a parte autora alega que restou inválida haja vista as graves lesões corporais sofridas.

No entanto, cumpre ressaltar que a parte autora NÃO FEZ A COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DA SUA PRETENSÃO.

Com efeito, os parágrafos 4º e 5º, acrescentados ao art. 5º da lei nº 6.194/74 pela lei nº 8.441/92, estabelecem:

§ 4º. Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora.



O art. 5º, § 5º da Lei 6.194/74, com as alterações sofridas pela Lei 11.482/2007, assim disciplina:

§ 5º. O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até noventa dias, laudo a vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

Definitivamente, não foi juntado aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, certificando com a exatidão que a lei determina o percentual de invalidez da parte autora e qual o grau de redução funcional que, porventura, atingiu a mesma, elemento imprescindível para que possa ser fixada a indenização correspondente, de acordo com a tabela específica, como previsto na lei e nas normas disciplinadoras. Tais normas, aliás, são editadas mercê da previsão legal do artigo 12 da lei nº 6.194/74, neste ponto não alterada pela lei nº 8.441/92.

Referida prova documental incumbe à parte autora da presente demanda, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supra transcrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 333, I, do CPC.

Nesse sentido, vejamos jurisprudência:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
SECRETARIA DAS TURMAS RECURSAIS MISTAS DA CAPITAL
3ª TURMA RECURSAL MISTA DA CAPITAL
PROCESSO: 20020119027387
RECORRIDO: JOSE ANTONIO DOS SANTOS
RECORRENTE: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA
ORIGEM: 1 JEC JOÃO PESSOA/PB
14 de setembro de 2011.
CERTIDÃO DE JULGAMENTO



PROVIMENTO. PRINCÍPIO DA CAUSA MADURA – INEXISTÊNCIA DE LAUDO DO IML – AUSÊNCIA DE PROVA QUANTO A DEBILIDADE – IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

*“ACORDA a Egrégia 3ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital, à unanimidade, conhecer do recurso por ser tempestivo, e **dar-lhe provimento** para, com fulcro no Art. 515, § 3º, CPC(Princípio da Causa Madura), julgar improcedente a ação, tendo em vista a ausência do laudo traumatológico do IML(Instituto de Medicina Legal) nos autos do processo, que constitui documento hábil para comprovação de debilidade(s) ou morte, resultantes de acidentes de trânsito, devidamente indenizáveis através do seguro DPVAT, sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios por ser o recorrido, beneficiário da justiça gratuita, nos termos do voto oral do Relator, e precedentes desta Turma. Satisfatoriamente fundamentada e motivada com indicações a presente Súmula, servirá ela como Acórdão, lógico-sistemática e teleologicamente observados e aplicados os princípios da celeridade, da informalidade, da racionalidade, da eficácia, da razoabilidade, atenta a Turma ao disposto imprescindível do art. 93, IX da CRFB.*

Desta forma, não havendo prova irrefutável de que a invalidez da parte autora se configurou em caráter permanente e, ainda, não se sabendo o grau de invalidez da mesma, a Ré não pode ser compelida a efetuar o pagamento indenização, motivo pelo qual deve a presente demanda ser extinta sem resolução do mérito em consonância com o disposto no artigo 267, IV do Código de Processo Civil.

4.2. DA PREVISÃO DA LEI 6.194/74 NOS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE

Para fundamentar seu pedido, a parte autora sustenta que o valor a ser pago encontra-se sob a égide da lei 11.482/07 que alterou o valor das indenizações do seguro DPVAT. Segundo a inicial, a referida lei prevê que nos casos de invalidez permanente o valor indenizável é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).



Sendo assim, alegando ser detentora de invalidez permanente total, a parte autora pleiteia indenização securitária correspondente ao teto máximo indenizável.

Ocorre que, as Leis 11.482/2007 e 11.945/09 alteraram o valor da indenização do seguro DPVAT para ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser observado os percentuais estabelecidos na tabela de invalidez, ora anexada à referida Lei.

O art.3º - regulador das indenizações pagas pelo seguro DPVAT - tem atualmente a seguinte redação:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art.2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II – Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) – no caso de invalidez permanente; e

III – Até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§1º No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I – quando se tratar de invalidez parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e,

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na



forma prevista na alínea “a”, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10 por cento, nos casos de seqüelas residuais.(...)

(grifo nosso)

A disposição legal acima transcrita (parágrafo terceiro do artigo 3º. da lei 11.482/07), leva em consideração que apenas a **invalidez total e completa será indenizada pelo teto de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Invalidez total e completa é aquela que não permite a realização de quaisquer atividades remuneradas pela vítima, ou simplesmente as normais atividades do dia a dia.

Vê-se que apesar da clareza do texto legal, a parte autora pretende o recebimento de indenização no valor de R\$ 12.150,00 (Doze mil, cento e cinquenta reais), o que não tem apoio na legislação em vigor. Caso constatada invalidez parcial, a indenização deve ser proporcional ao mal sofrido, conforme os percentuais previstos na tabela indicada na lei. O próprio STJ tem entendimento pacífico no sentido de diferenciar a indenização por invalidez em total e parcial.

Esquemáticamente abaixo consta como se deve proceder a avaliação da debilidade da parte autora, uma vez constatada a sua existência:

| INVALIDEZ | PERCENTUAL INDENIZÁVEL | PERCENTUAL DA INVALIDEZ | INDENIZAÇÃO |
|--|---|---|---|
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar | 25% (R\$ 13.500,00) = R\$ 3.375,00 | XX% (percentual a ser avaliado por meio de perícia médica) (R\$ 3.375,00) | XX (valor indenizatório que deverá ser pago após o cálculo do percentual da perícia) |



Insta salientar que a tabela acima é meramente exemplificativa, uma vez que a parte autora não juntou aos autos documentos necessários que comprovem o grau da lesão suportada pelo autor.

Outrossim, acerca da necessidade de aplicação da tabela anexa a lei 11.945/2009, destaca-se a Súmula 544 do STJ, vejamos:

É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008.

Corroborando todo o exposto acima, o STJ editou a Súmula 474, pacificando o entendimento que a indenização do Seguro DPVAT para os casos de invalidez parcial, independente da época do sinistro, deverá ser paga sempre de forma proporcional ao grau de invalidez. Vejamos o enunciado da referida Súmula:

A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Desta forma, em conformidade aos entendimentos jurisprudenciais e a previsão legal sobre a matéria, requer a total improcedência do feito, não merecendo prosperar o pleito da parte autora em receber o teto máximo indenizável.

4.3. DA INCAPACIDADE DA PARTE AUTORA - NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA

Referido seguro oferece cobertura às pessoas vitimadas que restaram permanentemente inválidas **até o limite estipulado pela Medida Provisória nº 340, de 29 de dezembro de 2006, hoje convertida na Lei nº. 11.482, de 31 de maio de 2007, a qual determina que o valor a ser pago a título de Seguro Obrigatório DPVAT, nos casos de sinistro invalidez, é da ordem de ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**



O valor da indenização para invalidez permanente só é pago à vítima a partir do momento em que foi determinado o caráter definitivo da invalidez e, ainda assim, proporcionalmente ao percentual da incapacidade de que a parte autora é portadora, devidamente comprovado através de rigorosa perícia médica.

Resta claro que a realização de perícia médica judicial, com a conseqüente confecção de laudo médico pericial pormenorizado, e que atenda às especificações impostas pela Resolução nº 1/75 expedida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, que é o órgão normatizador da matéria, é indispensável ao deslinde da demanda.

Posto isto, resta evidente que o Seguro Obrigatório visa garantir ao sujeito passivo do dano, ou aos seus beneficiários, uma indenização direta, sem levar em conta o aspecto de sua satisfação econômica. Sua essência, portanto, é a de uma garantia social mínima às vítimas do evento danoso ou aos seus beneficiários.

Cabe salientar que, caso esse D. Juízo entenda ser necessária a realização de perícia médica, a Ré em nada se opõe, desde que não fique a cargo desta qualquer ônus que, por ventura, possa advir com a produção desta prova, uma vez que, inclusive, cabe ao Autor, por representar prova de fato constitutivo de seu direito (Art. 333, I do CPC).

Na mesma linha de raciocínio, destacamos a previsão do art. 33 do CPC:

Art. 33 Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado; a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz.

Caso V.Exa. entenda que o ônus da prova não deva recair sobre a parte autora, destacamos a imperiosa necessidade de ser observado o artigo 5º, §5º da Lei 6.194/74, determina que o Instituto Médico Legal da Jurisdição do acidente é quem deve fornecer o laudo:



§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até noventa dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

A recente jurisprudência abaixo corrobora o que dito acima:

TJRN - PROCESSO 2013.000152-1 - AGRAVO DE INSTRUMENTO
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA CÍVEL JULGAMENTO: 23/05/13
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO **DPVAT**. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DA PROVA PERICIAL OBJETIVANDO A AFERIÇÃO DO GRAU DE INVALIDADE DO SINISTRADO. INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. REALIZAÇÃO DA **PERÍCIA** PELO **INSTITUTO MÉDICO LEGAL**. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 5º, § 5º, DA LEI FEDERAL Nº 6.194/1974, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI FEDERAL Nº 11.945/2009.
- A relação havida entre a seguradora e o sinistrado é de ordem obrigacional, versando quanto ao seguro **DPVAT**, possuindo este regulamentação própria. Ademais, o caráter obrigatório afasta a possibilidade de inversão do ônus da prova com base na legislação consumerista, sem que haja prova do fato constitutivo de seu direito. - Tendo a prova pericial sido requerida exclusivamente pelo autor, por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz, os honorários periciais, segundo regra contida no artigo 33 do Código de Processo Civil, devem ser suportados pelo demandante, salvo se ele for detentor do benefício da assistência judiciária gratuita, hipótese em que a **perícia** necessária será realizada pelo **Instituto Médico Legal - IML**, para o fim de aferir o grau de invalidade do sinistrado. - Agravo de instrumento conhecido e provido.

Relator: Des. Amílcar Maia

Desta feita, devem os autos serem remetidos ao IML para realização da perícia na parte autora.



4.4. DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Quanto à incidência de juros de mora e correção monetária em caso de procedência do pedido autoral, espera a contestante que os mesmos sejam deferidos nos termos abaixo.

Os juros de mora, em caso de eventual condenação, devem ser contados a partir da citação, vez que tratamos de responsabilidade contratual, conforme determinou o STJ por meio da Súmula 426:

Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.

Em relação à **correção monetária**, espera que seja **observada a data de propositura da presente demanda** como termo inicial para a sua incidência, em observância ao disposto na Lei nº 6.899/81.

PREVIDENCIÁRIO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. PERCENTUAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI 6.899/81. INCIDÊNCIA SOBRE PARCELAS ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. SÚMULAS 148-STJ E 43-STJ. PRESCRIÇÃO. PORTARIA 714/93. 1 - É entendimento pacífico desta Corte que os juros de mora, nas ações previdenciárias, incidem a partir da citação no percentual de 0,5%. A aplicação da súmula 204-STJ. Precedentes. 2 - A correção monetária deve se ater aos critérios da Lei nº 6.899/81, desde quando devida cada parcela, mesmo em relação às anteriores ao ajuizamento da ação. Conjugação da súmula nº 148 com a nº 43, ambas do STJ. (REsp 194567 / CE; Recurso Especial 1998/0083440-0, Ministro FERNANDO GONÇALVES, T6 - SEXTA TURMA, 09/02/1999).

Desta feita, requer que seja julgado totalmente improcedente a presente demanda, conforme as razões já expostas acima.



5. PEDIDOS

Diante do acima exposto, vem requerer:

- a) a total improcedência dos pedidos autorais e a condenação do autor nos ônus da sucumbência;
- b) Apresentar os quesitos para realização da perícia.
- c) em caso de eventual condenação, que seja levado em consideração o grau de lesão suportada pelo Autor, que deverá ser calculada sobre o patamar máximo indenizável para o presente caso, conforme Tabela de Cálculo para as Indenizações por Invalidez, ora anexada e que seja levado em consideração a data do sinistro ocorrido para o cálculo da condenação, abatendo-se os valores devidamente pagos;
- d) Na remota hipótese de condenação, caso haja fixação de honorários de sucumbência, considerando que o Autor é beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita, requer sejam os mesmos limitados ao percentual de 15%, conforme previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1060/50.

Protesta por todos os meios de prova admitidos para a espécie, notadamente a juntada de documentos, bem como o depoimento pessoal da autora, sob pena de confissão.



Nestes termos,
Pede e espera deferimento.
Mossoro, 06 de outubro de 2015

Rostand Inácio dos Santos
OAB/PE 22718

Christianne Gomes da Rocha
OAB/RN 1.057-A

Antônio Martins Teixeira Junior
OAB/RN 5.432

Nathally Brandão Lins
OAB/PE 36.181

Saulo Quental Lima
OAB/PE 12.232E



ANEXO III




```

* Megadata Computacoes      S.P.V.A.T.      28/09/2015  14:55:02
* Denom: Passagem Calçada por Veículos Automotores de Via Terrestre
* DPV1157 ***** CONSULTA POR NOME DE SINISTRADO ***** V219 / SP4W13P
*
ANO / MUN. / LAUC -      3150 / 407700 / 01      COD DEPEND - 211
COD_SEG - 2119      TIPO DOCUMENTO - 4      EX -
NUM DOCUMENTO - RM014226322      DT.CADAST.PASC. - 00 / 00 / 0000
CATEGORIA ---- - 09      DT SINISTRO - 09 / 02 / 2015
DT CADAST - 08 / 05 / 2015      DT RATERO - 15 / 06 / 2015
NATUREZA ----- 2      CPF VITIMA - 01150704474
NOME DA VITIMA - ALTEMIR FLORENCIO BATIAS      VALOR INDENIZ. -      1.350,00
DT NASC - 17 / 02 / 1970      VEX CUM.MOV/JUR-      0,00
SEQUENCIA ---- - 001      DT PAGAMENTO
COD RECLAMAC - 1      DT ATUALIZ - 19 / 06 / 2015
NOME RECLAMADOR - ALTEMIR FLORENCIO BATIAS
CPF/CGC RECLER. - 00000159785474
PROCURADOR/INT. -
CPF/CGC PROC/INT. - 0000000000000000
DELEGACIA ---- - POLICIA MILITAR      SOLICIT. .... - 0101315
REGULACAO ---- - 1      UF DELEGACIA - SP
DT RECLAMACAO - 09 / 05 / 2015      SUB-JULGIZ ... -      IV. RECES.
CONF. PGTO. - ☐ / ☐ / ☐
ENTER = CONTINUAR      FPOS = FIM      PPOT = VOLTA MENU
  
```



ANEXO IV

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 23/06/2015

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.350,00

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ALTEMIR FLORENCIO MATIAS

BANCO: 104

AGÊNCIA: 02380

CONTA: 000000001092-2

Nr. da Autenticação 7CCE81C08D9F4023






EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORÓ – RN

Processo nº 0820003-94.2015.8.20.5106

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, por seus procuradores ao final assinados, com endereço profissional à Rua da Hora, 692, Espinheiro, Recife-PE, CEP 52020-010, local onde recebem intimações, nos autos da ação proposta por **ALTEMIR FLORENCIO MATIAS**, por meio de seus advogados que está subscreve vem respeitosamente a presença de V. Exa., **REQUERER DILAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 20 (vinte) DIAS PARA O RÉU PAGAR OS HONORÁRIOS PERICIAIS.**

Termos em que
Pede deferimento
Mossoró, 13 de Outubro de 2015.


Rostand Inácio dos Santos
OAB/PE 22.718

Escritório Recife
Rua da Hora, 692, Espinheiro
CEP: 52.020-010 | Recife - PE
Tel.: 81 2101.5757
Fax: 81 2101.5751
sicanti@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório Salvador
Av. Tancredo Neves, 1263, salas 702/703,
EDF. Omega Empresarial Caminho das Árvoreas
CEP: 41.820-020 | Salvador - BA
Tel./Fax: 71 3271.5310 | 71 3272.1351
queirozcavalcanti-ba@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório João Pessoa
Av. João Machado, 553, salas 05/06 | Centro
CEP: 58.013-520
João Pessoa - PB
Tel./Fax: 83 3021.3483 | 83 3021.3482
queirozcavalcanti-pb@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório Fortaleza
Av. Santos Dumont, 2826, salas 06/07,
Edif. Torre Santos Dumont | Aldeota
CEP: 60.150-161 | Fortaleza - CE
Tel./Fax: 85 3032.5757
queirozcavalcanti-ce@queirozcavalcanti.adv.br



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORÓ-RN**

Processo: 0820003-94.2015.8.20.5106

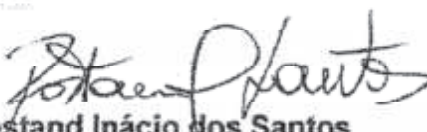
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,
devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, que lhe promove
ALTEMIR FLORENCIO MATIAS por meio de seus advogados que esta subscreve vem
respeitosamente a presença de V. Exa., requerer a juntada de guia de pagamento de
Honorários Periciais.

Sendo assim, pugna a Ré a esse D. Juízo pela declaração de cumprimento da
obrigação e continuidade no feito.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Mossoró, 22 de outubro 2015


Rostand Inácio dos Santos
OAB/PE 22.718

Rua da Hora, 692, Espinheiro - Recife/PE - CEP: 52020-015. Fone: 81 2101.5757

www.queirozcavalcanti.adv.br
PE • BA • CE • MA • PB



QUEIROZ CAVALCANTI

ADVOCACIA



DJO - Depósito Judicial Ouro

| | | | | | | | |
|--------------------------|--|------------------|--|----------------------|--|-------------------------|--|
| Nº DA PARCELA | | DATA DO DEPÓSITO | | AGÊNCIA (PRER/DV) | | Nº DA CONTA JUDICIAL | |
| 0 | | 20-10-2015 | | 3795-6 | | 1000122435823 | |
| DATA DA GUIA | | Nº DA GUIA | | NÚMERO DO PROCESSO | | TRIBUNAL | |
| 20-10-2015 | | 10843944 | | 08200039420158205106 | | TRIBUNAL DE JUSTICA | |
| COMARCA | | ORIGEM/VARA | | DEPOSITANTE | | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) | |
| MOSSORO | | 2 VARA CIVEL | | REU | | 200,00 | |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO | | | | TIPO PESSOA | | CPF/CNPJ | |
| SEGURADORA LÍDER | | | | JURÍDICA | | 09.248.608/0001-04 | |
| NOME DO AUTOR/IMPETRANTE | | | | TIPO PESSOA | | CPF/CNPJ | |
| ALTENIR FLORENCIO MATIAS | | | | FÍSICA | | 031.397.984-74 | |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA | | | | | | | |
| 86B733D8363251E6 | | | | | | | |



Rua da Hora, 692, Espinheiro - Recife/PE - CEP: 52020-015. Fone: 81 2101.5757

www.queirozcavalcanti.adv.br

PE • BA • CE • MA • PB



TERMO DE ACORDO ASSINADO



AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

[Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: Altemir Florencio Matias

CPF: 031.397.984-74

Endereço completo: _____

Informações do Acidente

Local: Mossoró - RN

Data do acidente: 09/02/2015

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação prévia em razão do processo judicial nº 08200039420158205106, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 2ª VC vara Cível ou JEC da Comarca de Mossoró-RN.

Declaro, ainda, que estou ciente de que nada pagarei para realização desta avaliação e de que, caso eu e a entidade demandada não chegemos a um acordo, o processo judicial que propus para recebimento da indenização DPVAT prosseguirá normalmente.

Mossoró - RN, 15 de outubro de 2015

local e data

Altemir Florencio Matias

assinatura da vítima

Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

(☒) Sim () Não () Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Trauma Abdominal Fechado (com lesão esplênica) esplenectomia e alteração do trânsito intestinal (aderência)

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Paciente submetido inicialmente a tratamento conservador evoluindo com dor e hipotensão, submetido a LE após 8 dias do trauma. Encontra-se de alta.

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

() Sim (☒) Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) () disfunções apenas temporárias

b) (☒) dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

Esplenectomia e alteração do trânsito intestinal (aderência)

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessária exame complementar?



() Sim, em que prazo:

(X) Não

Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido: Abdômen e Braço

a) () Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) (X) Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) (X) Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

Baço

b.2) (X) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico Marque aqui o percentual

1ª Lesão

Lesões de órgãos e estruturas abdominais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica e/ou digestiva.

(X) 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

2ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

3ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

4ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

Mossoró - RN, 15 de outubro de 2015

Assinatura do médico - CRM


Elson Santos Miranda
Ortopedia e Traumatologia
CRM/PE 18874
TEOT 13807



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ - RN

Processo n.º 08200039420158205106

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ 09.248.60 /0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031205, na qualidade de gestora dos **CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT** – seguro obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre, firmados consoantes determinação do Conselho Nacional de Seguros Privados, conforme se observa dos atos constitutivos e instrumentos procuratórios anexos, e **ALTEMIR FLORENCIO MATIAS** já qualificado nos autos da Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT, em trâmite nesta vara ou juizado, vem, por seus advogados abaixo-assinado, expor, para ao final requerer o que segue.

As partes, visando pôr fim ao litígio, resolveram, mediante concessão mútua, celebrar acordo, na forma do art. 840 c/c art. 849 do Código Civil, transacionando conforme as seguintes cláusulas e condições:

A parte autora, por livre e espontânea vontade, realizou Avaliação Médica para fins de Conciliação, consoante laudo anexo, sendo apurada indenização a pagar, descontando-se o valor já indenizado administrativamente.

Por tal razão, a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT pagará à parte Autora a importância de **R\$ 1.350,00 (hum mil trezentos e cinquenta reais)** para a liquidação do feito, acrescido da importância de **R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais)** referentes ao pagamento de honorários de sucumbência, totalizando a quantia de **R\$ 1.620,00 (hum mil seiscentos e vinte reais)**.

O pagamento será efetuado mediante **depósito judicial** em até 30 (trinta) dias a contar da homologação judicial e, eventuais custas serão recolhidas pela parte ré.

Insta ressaltar que a transação ora celebrada não implica em reconhecimento do direito pretendido pela parte autora.

A parte autora renuncia expressamente ao pedido de correção monetária a contar da entrada em vigor da MP 340/06 referente à indenização pleiteada na presente ação judicial bem como quaisquer correção monetária do valor já pago administrativamente.

Com o pagamento da quantia acordada e acima referida, a parte autora concorda que nada mais será cobrado, judicial ou administrativamente em face da parte ré e de todas as Seguradoras Consorciadas, ora representadas pela Seguradora DPVAT, quanto ao objeto da ação da vítima

1



ALTEMIR FLORENCIO MATIAS inscrito no **CPF n.º 031.397.984-74** de modo que dá, neste ato, plena, irrestrita e irrevogável quitação do Seguro DPVAT relativo ao acidente de trânsito ocorrido em **09/02/2015** nos termos do **Boletim de Ocorrência n.º: 0201315/RN**, para nada mais reclamar em Juízo, ou fora dele, seja a que título for.

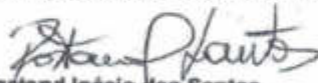
Declaram as partes que o presente acordo é fruto de sua livre manifestação de vontade, não havendo vício algum, de qualquer ordem, sobre os termos acima dispostos.

As partes requerem, ante todo o exposto, a **homologação** do presente acordo, com a expedição de alvará para o levantamento da quantia depositada a título de transação.

As partes concordam com o imediato levantamento dos valores após a confirmação do depósito judicial, independente de nova manifestação das partes.

Assim requerem a **extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, III do Código de Processo Civil e sua consequente remessa ao arquivo geral do TJRN.**

Nestes Termos,
P. Deferimento.
Mossoró, 26 de Outubro de 2015.


Rostand Inácio dos Santos
OAB/PE 22.718

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
P/P ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS
OAB/PE 22.71


ALTEMIR FLORENCIO MATIAS
P/P JERONIMO AZEVEDO BOLÃO NETO
OAB/RN n.º 12.096



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ

MANDADO DE INTIMAÇÃO.

O Doutor JOSE HERVAL SAMPAIO JUNIOR, Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Mossoró, na forma
d a l e i , e t c . . .

M A N D A a qualquer Oficial de Justiça deste Juízo, a quem for este apresentado, indo devidamente assinado e expedido nos autos nº 0820003-94.2015.8.20.5106 PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22) movida por AUTOR: ALTEMIR FLORENCIO MATIAS em desfavor de RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. , que em seu cumprimento proceda a INTIMAÇÃO do(a) demandante AUTOR: ALTEMIR FLORENCIO MATIAS com endereço Rua Levanilson Duarte Maia, nº 31, Belo Horizonte, 31, Belo Horizonte, MOSSORÓ - RN - CEP: 59600-000 para, no próximo DIA 26/04/2016 08:00, COMPARECER AO FÓRUM LOCAL, SITO NA, RUA ALAMEDA DAS CARNAUBEIRAS, 355 COSTA E SILVA, a fim de se fazer presente à Audiência Tipo: CEJUSC - Conciliação - Justiça Comum Sala: CEJUSC 2ª Sala de Conciliação - 2º andar Data: 26/04/2016 Hora: 08:00 , na forma e sob as penas da lei. Cumpra-se. Dado e passado nesta cidade de Mossoró aos 22 de março de 2016. Eu, MILTON VALENTIM DA COSTA, AT, digitei conferi, subscrevo e assino de ordem do MM Juiz.

MILTON VALENTIM DA COSTA

Auxiliar Técnico



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do Provimento nº 10/2005-CJ/TJRN e art. 162, § 4º do Código do Processo Civil e tendo em vista o Movimento Estadual de Conciliação específico do Seguro DPVAT, aprazo Audiência de Conciliação, para o dia 26 de setembro de 2016, a partir das 08:00hs a ser realizada no Fórum Dr. Silveira Martins, situado na Alameda das Carinaubeiras, 355, 2º Andar, Mossoró/RN, Cep: 59611-400, Tel: 3315-7100.

MOSSORÓ/RN, 22 de março de 2016

MILTON VALENTIM DA COSTA

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do Provimento nº 10/2005-CJ/TJRN e art. 162, § 4º do Código do Processo Civil e tendo em vista o Movimento Estadual de Conciliação específico do Seguro DPVAT, aprazo Audiência de Conciliação, para o dia 26 de setembro de 2016, a partir das 08:00hs a ser realizada no Fórum Dr. Silveira Martins, situado na Alameda das Carinaubeiras, 355, 2º Andar, Mossoró/RN, Cep: 59611-400, Tel: 3315-7100.

MOSSORÓ/RN, 22 de março de 2016

MILTON VALENTIM DA COSTA

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0820003-94.2015.8.20.5106

C E R T I D ã O

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, dirigi-me no dia 06/04/2016, a Rua Levanilson Duarte Maia, 31, Belo Horizonte, Mossoró/RN e, sendo aí, às 11:25 horas, **INTIMEI** Altemir Florencio Matias, por todo o conteúdo deste mandado que lhe li e do qual se declarou ciente, recebendo a sua contrafé que lhe ofereci e exarando a sua assinatura.

O referido é verdade; dou fé.

MOSSORÓ/RN, 12 de abril de 2016

ANTONIO RIZAMAR BEZERRA DA SILVA



Oficial de Justiça

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



8
3

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ

MANDADO DE INTIMAÇÃO.

O Doutor JOSE HERVAL SAMPAIO JUNIOR, Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Mossoró, na forma da lei, etc...

M A N D A a qualquer Oficial de Justiça deste Juízo, a quem for este apresentado, indo devidamente assinado e expedido nos autos nº 0820003-94.2015.8.20.5106 PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22) movida por AUTOR: ALTEMIR FLORENCIO MATIAS em desfavor de RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. , que em seu cumprimento proceda a INTIMAÇÃO do(a) demandante AUTOR: ALTEMIR FLORENCIO MATIAS com endereço Rua Levanilson Duarte Maia, nº 31, Belo Horizonte, 31, Belo Horizonte, MOSSORÓ - RN - CEP: 59600-000 para, no próximo DIA 26/04/2016 08:00, COMPARECER AO FÓRUM LOCAL, SITO NA, RUA ALAMEDA DAS CARNAUBEIRAS, 355 COSTA E SILVA, a fim de se fazer presente à Audiência Tipo: CEJUSC - Conciliação - Justiça Comum Sala: CEJUSC 2ª Sala de Conciliação - 2º andar Data: 26/04/2016 Hora: 08:00 , na forma e sob as penas da lei. Cumpra-se. Dado e passado nesta cidade de Mossoró aos 22 de março de 2016. Eu, MILTON VALENTIM DA COSTA, AT, digitei conferi, subscrevo e assino de ordem do MM Juiz.

MILTON VALENTIM DA COSTA

Auxiliar Técnico

Assinado eletronicamente por: MILTON VALENTIM DA COSTA
<https://pje.tjrj.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: 5363713



16032213452207600000005111313

06/04/2016

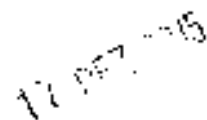
11:25h

* Altemir Florencio Matias



Ofício do BAncO do BRasil





Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

| | |
|------------------------|--------------------------------|
| Processo n.º: | 08200039420158205106 |
| Reu: | SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO |
| CPF/CNPJ: | 09.248.608/0001-04 |
| Autor: | ALTEMIR FLORENCIO MATIAS |
| CPF/CNPJ: | 031.397.984-74 |
| Valor original: | R\$ 200,00 |
| Agência depositária: | 36 - 1 MOSSORO |
| N.º da conta judicial: | 1000122435823 |
| N.º da parcela: | 1 |
| Data do depósito: | 20.10.2015 |
| Depositante: | SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO |

Respeitosamente,

Fábio André F. de Oney
Barcelos de Sá, João
Mat. 2.155.291-0

Banco do Brasil S.A.
MOSSORO
PCA.VIGARIO ANTONIO JOAQUIM,22
MOSSORO - RN.

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito
2 VARA CÍVEL
MOSSORÓ - RN .



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0820003-94.2015.8.20.5106

C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu ofício, que em face do retorno dos autos do CEJUSC com audiência realizada, faço os autos conclusos. O referido é verdade e dou fé.

MOSSORÓ/RN, 30 de maio de 2016

MILTON VALENTIM DA COSTA

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0820003-94.2015.8.20.5106

Parte Autora: AUTOR: ALTEMIR FLORENCIO MATIAS

Parte Ré: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

S E N T E N Ç A

Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. TRANSAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 200 E 487, INCISO III, ALÍNEA B, DO CÓDIGO DE RITOS.

Vistos etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, movida por ALTEMIR FLORENCIO MATIAS em face de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., ambas igualmente qualificadas.

No curso do processo, as partes, com assistência de advogados, peticionaram (ID 4141694), requerendo a homologação de acordo, constando na própria petição os termos da avença.

Pelo acordo a parte Demandada pagará ao Autor a quantia de R\$ 1.350,00 (hum mil e trezentos e cinquenta reais), e a quantia de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) referente aos honorários advocatícios sucumbenciais em favor do patrono do Autor, totalizando a quantia de R\$ 1.620,00 (hum mil e seiscentos e vinte reais), dando a plena quitação do Seguro DPVAT relativo ao acidente objeto da presente ação.

Relatei. Decido.



O pedido homologatório encontra amparo legal nos artigos 200 e 487, III, b, do C.P.C..

Ante o exposto, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO FIRMADA PELAS PARTES CONFORME ID 4141694, e, em consequência, declaro a extinção da ação acima epigrafada, constituindo título judicial em favor do credor ALTEMIR FLORENCIO MATIAS .

Custas pró rata. Honorários advocatícios, na forma acordada entre os transatores (CPC, art. 90, § 2º).

Havendo o pagamento, determino a liberação em favor do Autor e seu patrono através de alvará, devendo ser observada a confecção de alvará em nome do patrono relativo aos honorários sucumbenciais.

Com o trânsito em julgado desta sentença, determino que se dê baixa na distribuição, arquivando-se os autos, podendo, a qualquer tempo, serem desarquivados, a pedido do interessado, com vista à eventual execução do acordo, ora homologado.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

MOSSORÓ /RN, 30 de junho de 2016

JOSE HERVAL SAMPAIO JUNIOR

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE
PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DE MOSSORÓ/RN
Centro Judiciário de Solução de Conflitos da Região Oeste/RN

Processo nº 0820003-94.2015.8.20.5106

Comarca de Origem: 2ª VARA CÍVEL

AUDIENCIA DE CONCILIAÇÃO

Aos 26/04/2016, dentro do horário pautado, na sala das Audiências designada para esta data, na cidade de MOSSORÓ/RN, onde encontrava-se presente o Doutor **JOSÉ HERVAL SAMPAIO JÚNIOR**, COM JURISDIÇÃO PLENA, conforme portaria publicada no DJE. Observadas as formalidades legais, foi realizado o pregão das partes, tendo comparecido:

Demandante: ALTEMIR FLORENCIO MATIAS, já qualificado nos autos, acompanhada(s) de seu(ua) advogado(a), Dr(a) MARCELO VITOR JALES RODRIGUES- OAB/RN 9732;

Demandada: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguros DPVAT, na pessoa de seus representantes legais, WLADIMIR RÔMULO DE SOUZA COSTA e LEONARDO GONÇALVES LIRA, RAFAEL CAMARA ALBUQUERQUE ALHEIROS, acompanhados de sua advogada, a Sra. Dra. Alexandra Ferreira, OAB/RN 12081.

Declarada aberta a audiência, indagou-se das partes a possibilidade de conciliação, NÃO HAVENDO ACORDO ENTRE AS PARTES, devido existir acordo extrajudicial nos autos. Em seguida, o(a) MM. Juiz(a) **determinou fossem os autos devolvidos a Secretaria de origem, observadas as formalidades legais**. Nada mais havendo, a audiência foi encerrada. E, para constar, lavrou-se o presente termo. Eu, João Sabino de Moura Neto, Conciliador, o digitei e subscrevo.

Conciliador: _____

Juiz(a): _____

Demandante: Altemir Florencio Matias

Advogado(a): Marcelo Vitor Jales Rodrigues 9732

Demandado(a): _____

Advogado: _____

[Assinaturas manuscritas]



AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE

[Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: Altemir Florencio Matias
CPF: 031.397.984-74
Endereço completo: Mossoró-m

Informações do Acidente

Local: Mossoró - Rn
Data do acidente: 14/01/2015

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº 0820003-94.2015.8.19.9808, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 2ª Vara Cível ou JEC da Comarca de Mossoró-RN.

Mossoró - RN, 26 de abril de 2016

local e data

Altemir Florencio Matias

assinatura da vítima

Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

(X) Sim () Não () Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

ABDOMINAL.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

TEVE PERDA DO BAÇO. OPERADO NO HRTM DE ESPLENECTOMIA DEVIDO A TRAUMA. EVOLUIU BEM SEM COMPLICAÇÕES E SEM INFECÇÃO. FICOU MAIS DE 01 SEMANA INTERNADO. SEM PROBLEMAS ALIMENTARES E SEM RESTRIÇÕES.

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

() Sim (X) Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) () disfunções apenas temporárias.

b) (X) dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

ESPLENECTOMIA TOTAL.

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

() Sim, em que prazo:



(X) NÃO

Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido: ESPLNENCTOMIA TOTAL.

a) () Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) (X) Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) (X) Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

ESPLENECTOMIA.

b.2) () Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

Perda integral (retirada cirúrgica) do baço

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média (X) 75% Intensa

2ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

3ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

4ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:
Mossoró - RN, 26 de abril de 2016

Assinatura do médico perito - CRM

Assinatura do médico assistente - CRM

Dr. Francisco Almirante Lopes
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM 3136

João Francisco de Lima
João Francisco de Lima
Médico Perito
SAÚDE SEG
CRM 3997

Francisco Almirante Lopes



PARECER - ASSISTENTE TÉCNICO SEGURADORA LÍDER - DPVAT

JUSTIFICATIVAS Empresa Médica: SaudeSeg - Sistemas de Saude Ltda

Vítima: Altemir Florencio Matias
Processo: 0820003-94.2015.8.19.9808
Vara: 2
Pasta:

- () Mantida / em conformidade a avaliação médica administrativa
- () Agravamento
- () Nova lesão
- () Divergência na aplicação da tabela legal

JUSTIFICATIVA:

LAUDO SEM ADM

Data: 26 de abril de 2016

Assinatura do médico assistente - CRM


Dixon Frade Medeiros Lima
Médico Perito
SAUDE SEG
CRM 3987



ANEXO – Artigo 3º da Lei no. 6.194 de 19 de dezembro de 1974

| Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico | Percentual da Perda |
|---|---------------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores | 100% |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior | |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral | |
| Lesões neurológicas que causem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica | |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital | |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores | Percentual da Perda |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos | 70% |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | 50% |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar | 25% |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão | 10% |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé | |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais | Percentual da Perda |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fala (mudez completa) ou 50 da visão de um olho | 50% |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | 25% |
| Perda integral (refrada cirúrgica) do bago | 10% |

Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009 – Artigos relacionados à Perícia Médica

Art. 31. Os arts. 3º e 5º da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

*Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais.

*Art. 5º

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

Art. 32. A Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa a vigorar acrescida da tabela anexa a esta Lei.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0820003-94.2015.8.20.5106

Parte Autora: AUTOR: ALTEMIR FLORENCIO MATIAS

Parte Ré: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

S E N T E N Ç A

Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. TRANSAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 200 E 487, INCISO III, ALÍNEA B, DO CÓDIGO DE RITOS.

Vistos etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, movida por ALTEMIR FLORENCIO MATIAS em face de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., ambas igualmente qualificadas.

No curso do processo, as partes, com assistência de advogados, peticionaram (ID 4141694), requerendo a homologação de acordo, constando na própria petição os termos da avença.

Pelo acordo a parte Demandada pagará ao Autor a quantia de R\$ 1.350,00 (hum mil e trezentos e cinquenta reais), e a quantia de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) referente aos honorários advocatícios sucumbenciais em favor do patrono do Autor, totalizando a quantia de R\$ 1.620,00 (hum mil e seiscentos e vinte reais), dando a plena quitação do Seguro DPVAT relativo ao acidente objeto da presente ação.

Relatei. Decido.



O pedido homologatório encontra amparo legal nos artigos 200 e 487, III, b, do C.P.C..

Ante o exposto, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO FIRMADA PELAS PARTES CONFORME ID 4141694, e, em consequência, declaro a extinção da ação acima epigrafada, constituindo título judicial em favor do credor ALTEMIR FLORENCIO MATIAS .

Custas pró rata. Honorários advocatícios, na forma acordada entre os transatores (CPC, art. 90, § 2º).

Havendo o pagamento, determino a liberação em favor do Autor e seu patrono através de alvará, devendo ser observada a confecção de alvará em nome do patrono relativo aos honorários sucumbenciais.

Com o trânsito em julgado desta sentença, determino que se dê baixa na distribuição, arquivando-se os autos, podendo, a qualquer tempo, serem desarquivados, a pedido do interessado, com vista à eventual execução do acordo, ora homologado.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

MOSSORÓ /RN, 30 de junho de 2016

JOSE HERVAL SAMPAIO JUNIOR

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PETIÇÃO DE JUNTADA DA GUIA DE PAGAMENTO DO ACORDO



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORÓ - RN

Processo: 0820003-94.2015.8.20.5106

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,
devidamente qualificada nos autos acima epigrafados, que lhe promove **ALTEMIR
FLORENCIO MATIAS** por meio de seu advogado que esta subscreve, vem
respeitosamente a presença de V. Exa., requerer a juntada da guia de pagamento de
Acordo.

Sendo assim, pugna a Ré a esse D. Juízo pela declaração de cumprimento da
obrigação, arquivamento do feito e sua baixa no distribuidor.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

MOSSORÓ, 09 de agosto de 2016.


Rostand Inácio dos Santos
OAB/PE 22.718

Rua da Hora, 692, Espinheiro - Recife/PE - CEP: 52020-015. Fone: 81 2101.5757

www.queirozcavalcanti.adv.br
PE • BA • CE • MA • PB



QUEIROZ CAVALCANTI

ADVOCACIA



DJO - Depósito Judicial Ouro

| | | | | | |
|--------------------------|--|------------------|---------------------|-------------------------|--|
| | | | | Nº DA CONTA JUDICIAL | |
| | | | | 200109388034 | |
| Nº DA PARCELA | | DATA DO DEPÓSITO | | AGÊNCIA (PREP/DV) | |
| 0 | | 08-08-2016 | | 3795-8 | |
| DATA DA GUIA | | Nº DA GUIA | | TIPO DE JUSTIÇA | |
| 04-08-2016 | | 10943940 | | ESTADUAL | |
| NUMERO DO PROCESSO | | | TRIBUNAL | | |
| 08200039420158205106 | | | TRIBUNAL DE JUSTICA | | |
| COMARCA | | ORIGÃO/VARA | | DEPOSITANTE | |
| MOSSORO | | 2 VARA CIVEL | | REU | |
| | | | | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) | |
| | | | | 1.620,00 | |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO | | | | TIPO PESSOA | |
| SEGURADORA LÍDER | | | | JURÍDICA | |
| | | | | CPF/CNPJ | |
| | | | | 09.248.608/0001-04 | |
| NOME DO AUTOR/IMPETRANTE | | | | TIPO PESSOA | |
| ALTEMIR FLORENCIO MATIAS | | | | FÍSICA | |
| | | | | CPF/CNPJ | |
| | | | | 031.397.984-74 | |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA | | | | | |
| 4D49A399878CA2CB | | | | | |



Rua da Hora, 692, Espinheiro - Recife/PE - CEP: 52020-015. Fone: 81 2101.5757

www.queirozcavalcanti.adv.br

PE • BA • CE • MA • PB



Assinado eletronicamente por: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA - 10/08/2016 15:35:32
<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16081015344600700000006793667>
Número do documento: 16081015344600700000006793667

Ofício BB





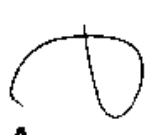
MOSSORO (RN), 09 de Agosto de 2016 .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

Informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

| | |
|------------------------|--------------------------------|
| Processo n.º: | 08200039420158205106 |
| Reu: | SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO |
| CPF/CNPJ: | 09.248.608/0001-04 |
| Autor: | ALTEMIR FLORENCIO MATIAS |
| CPF/CNPJ: | 031.397.984-74 |
| Valor original: | R\$ 1.620,00 |
| Agência depositária: | 36 - 1 MOSSORO |
| N.º da conta judicial: | 200109388034 |
| N.º da parcela: | 1 |
| Data do depósito: | 08.08.2016 |
| Depositante: | SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO |

Respeitosamente,


Banco do Brasil S.A.
MOSSORO
PCA.VIGARIO ANTONIO JOAQUIM,22
MOSSORO - RN .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito
2 VARA CÍVEL
MOSSORO - RN .



PETIÇÃO DE JUNTADA DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO DAS CUSTAS FINAIS.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE
MOSSORÓ – RIO GRANDE DO NORTE.**

PROCESSO Nº: 0820003-94.2015.8.20.5106

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A**, devidamente qualificada nos autos acima epigrafados, que lhe
ALTEMIR FLORENCIO MATIAS por seu procurador subscrito, vem,
respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **requerer a juntada da guia de
pagamento de custas finais.**

Nestes Termos,

Mossoró, 30 de Agosto de 2016.

ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS

OAB/PE 22.718

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR

OAB/RN 5.432


CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA


OAB/RN 1.057-A



200365

Instruções de Impressão
 Certifique Todos as Margens para 7 mm. Imprima em impressora jato de tinta (ink jet) ou laser em qualidade normal. (Não use modo econômico).
 Utilize folha A4 (210 x 297 mm) - Corte na linha indicada.

| | | |
|--|--|---|
|  TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E ARRECAÇÃO | | Guia de Recolhimento do FDF Lei nº 9.819/2012 Nº 700003007012 |
| Processo Nº (Da Folha de Sentença) | 00200009420150001106 | Valor do FDF 140,32 |
| Partes | ALTEMIR FLORENCIO MATIAS vs SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAF S.A. | |
| Serviço | 11000 CUSTAS FINANC. COMPLEMENTARES | 1 140,32 |
| Secretaria | (076) 2ª VARA CÍVEL MOSSORÓ | |
| Valor da Causa/Documento | 140,32 | |
| Não é necessário carimbo - Assinatura Compulsória | | |

| | | |
|--|--|---|
|  TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E ARRECAÇÃO | | Guia de Recolhimento do FDF Lei nº 9.819/2012 Nº 700003007012 |
| Processo Nº (Da Folha de Sentença) | 00200009420150001106 | 140,32 |
| Partes | ALTEMIR FLORENCIO MATIAS vs SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAF S.A. | |
| Serviço | 11000 CUSTAS FINANC. COMPLEMENTARES | 1 140,32 |
| Secretaria | (076) 2ª VARA CÍVEL MOSSORÓ | |
| Valor da Causa/Documento | 140,32 | |
| 29/08/2016 - BANCO DO BRASIL - 05081110 484414879 8347 | | |
| COMPROVANTE DE PAGAMENTO COM CÓD. BARRAS | | |

Convento: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RN
 Código de Barras: 40750000001-5 4632005405-7
 92010092570-0 00007007012-1
 Data do pagamento: 29/08/2016
 Valor em Dinheiro: 140,32
 Valor em Cheque: 0,00
 Valor Total: 140,32
 NR. AUTENTICAÇÃO: 3,0F0,7E7,00D,42F,2C1



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carnaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

ALVARÁ JUDICIAL

PROCESSO N° 0820003-94.2015.8.20.5106

REQUERENTE: ALTEMIR FLORENCIO MATIAS

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O Doutor Emanuel Telino Monteiro, Juiz de Direito Substituto do 2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, na forma da lei e no uso de suas atribuições, etc.

Pelo presente Alvará de Autorização, expedido nos autos da ação supra caracterizada, AUTORIZA o BANCO DO BRASIL S/A, a pagar ao Sr. ALTEMIR FLORENCIO MATIAS, inscrito no CPF/MF sob o nº 031.397.984-74, a quantia de R\$ R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais), devidamente corrigida, correspondente ao valor depositado em nome deste Juízo.

CONTA JUDICIAL N.º: 200109388034

OBS: Fica a instituição bancária ciente de que não poderá reter o valor a título de imposto de renda. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.

DADO E PASSADO nesta cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte. Eu, RAFAELLA FONSECA PEREIRA, Chefe de Secretaria, digitei e conferi.



Mossoró/RN, 23 de setembro de 2016.

EMANUEL TELINO MONTEIRO

Juiz de Direito Substituto

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

PROCESSO Nº 0820003-94.2015.8.20.5106

AUTOR: ALTEMIR FLORENCIO MATIAS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O Doutor JOSE HERVAL SAMPAIO JUNIOR, Juiz de Direito do 2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, na forma da lei e no uso de suas atribuições, etc.

Pelo presente Alvará de Autorização, expedido nos autos da ação supra caracterizada, AUTORIZA o BANCO DO BRASIL S/A, pagar a JERONIMO AZEVEDO BOLAO NETO, inscrito na OAB/RN 12096, a quantia de R\$ R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), devidamente corrigida, correspondente ao valor depositado em nome deste Juízo.

CONTA JUDICIAL OU GUIA DE DEPÓSITO N.º: 200109388034

OBS: Fica a instituição bancária ciente de que não poderá reter o valor a título de imposto de renda. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.

DADO E PASSADO nesta cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. Eu, SONIA JERONIMO COSTA GURGEL, Auxiliar de Secretaria, conferi e subscrevo.



MOSSORÓ/RN, 4 de outubro de 2016.

JOSE HERVAL SAMPAIO JUNIOR

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, Mossoró - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0820003-94.2015.8.20.5106

CERTIDÃO

Certifico em razão do meu ofício que a sentença constante no ID nº 6629154 transitou em julgado sem que as partes tenham interposto recurso, apesar de devidamente intimadas, conforme ID 6704041. Certifico ainda que foram expedidos alvarás, conforme ID's 7748251 e 7862566. Finalmente, certifico que foram recolhidas as custas processuais finais, conforme ID 7411757, pela parte demandada (pró-rata), deixando de cobrar custas processuais à parte demandante, uma vez que a mesma é beneficiária da gratuidade judiciária, conforme despacho ID 3190456, ficando a obrigação suspensa no prazo legal, e por conseguinte, procedo à baixa definitiva dos presentes autos. O referido é verdade e dou fé.

Mossoró/RN, 2 de novembro de 2016

RAFAELLA FONSECA PEREIRA

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



